



PL 8/11

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa, através de uma medida simples e de fácil implantação, possibilitar a atuação conjunta dos consumidores na fiscalização das condições de funcionamento de bares, restaurantes, lanchonetes e similares.

Isso porque um dos grandes problemas atualmente enfrentados pela COVISA é a sua falta de estrutura e aparelhamento.

Embora a legislação sanitária brasileira seja avançada e rigorosa, no **município de São Paulo detectamos que o órgão fiscalizador apresenta deficiências que dificultam sua aplicação e irregularidades que emperram suas atribuições.**

Foi apurado na CPI para apuração de eventuais deficiências no desempenho das competências outorgadas à coordenação de vigilância em saúde COVISA, através de documentos, depoimentos, vistorias *in loco* e matérias jornalísticas diversas, situações graves no que diz respeito à saúde da população e deficiência na atuação da COVISA.

Logo após a 9ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), dia 11 de maio de 2010, os Vereadores membros seguiram ao supermercado Pão de Açúcar, localizado na Praça Panamericana, Alto de Pinheiros, para apurar algumas denúncias anônimas apresentadas à Comissão.

O carrinho de produtos vencidos ficou repleto. Bacalhau, lingüiça, iogurtes, pães, biscoitos e outros produtos estavam em exposição com o prazo de validade vencido e com embalagem danificada.

Além dos problemas verificados no acondicionamento dos produtos e venda de mercadorias com data de validade vencida, esta CPI procurou verificar a destinação dos materiais vencidos.

Vídeo transmitido na sessão relativo à reportagem do Fantástico **denuncia a captação dos alimentos vencidos para venda por terceiros. A reportagem mostra indivíduo que, de posse de tais mercadorias, realizou vendas a preço ínfimo tanto para particulares quanto para restaurantes.**

Foi noticiado no dia 29/10/2009 no Jornal Agora o fechamento de um frigorífico na zona leste na Rua João Graeber, 164, que armazenava mais de 30 toneladas de carne com validade vencida ou prestes a vencer. Foram encontradas peças de carne com validade vencida há um ano e meio que haviam recebido novo prazo de validade datado de janeiro de 2010. O alimento era reembalado com datas de validade falsas e vendido para hospitais, creches, escolas e penitenciárias de São Paulo. No local havia carne bovina, suína, de peixe e embutidos em cinco câmaras frias repletas de sujeira e bolor. Havia alimentos armazenados sem refrigeração em corredores e a carne era destinada para merenda escolar e comida de hospital.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Segundo a notícia, o frigorífico já havia sido autuado pelo menos quatro vezes pela Vigilância Sanitária, mas mudava de lugar.

Inúmeras foram as reportagens à respeito de carnes comercializadas com data vencida, sem condições de refrigeração ou já deterioradas em todas as regiões de São Paulo.

Em 29/09/09 o Portal Globo transcreveu reportagem do Bom Dia São Paulo onde foram apreendidas 250 mercadorias com data de validade vencida em supermercado na região central de São Paulo.

Mais uma vez o Bom Dia São Paulo noticiou flagrante da Polícia em supermercado na zona sul de São Paulo no dia 6/11/09, onde foi encontrado pão mofado e queijo com cabelo.

Em 12/11/09 a Polícia apreendeu comida estragada em supermercado da zona leste de São Paulo, conforme noticiado no Portal da Globo.

No dia 12/12/09 a *Folha de S.Paulo* noticiou que a polícia **apreendeu 60 quilos de carne de cachorro e gato vendidos em restaurantes de São Paulo**. A representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária informou em seu depoimento que há **abatedouros clandestinos** no entorno e em São Paulo.

Em 2/5/10 o Jornal da Tarde denunciou que nada menos do que 21 toneladas de alimentos deteriorados ou com prazo de validade vencido foram apreendidas nos quatro primeiros meses do ano.

Em 11/5/10 a Folha de São Paulo denunciou loja do McDonald's no Jabaquara com estoque de 500 hambúrgueres vencidos.

Houve denúncias também no sentido de acondicionamento irregular de carnes e peixes em supermercados e feiras municipais.

A representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária declarou que de 2007 a 2009 houve mais de 300 casos irregulares no Município de São Paulo. Destacou que os principais problemas são relacionados à higiene e ao processo de produção, bem como a manutenção inadequada, provocando a sua contaminação.

Em 7/11/09 a Polícia encontrou queijos vencidos, peixes e carnes sem indicação do prazo de validade, além de pães mofados, que seriam usados para produção de farinha de rosca no supermercado Mambo, no Brooklin, zona sul de São Paulo, conforme noticiado pela Folha de São Paulo.

O Jornal da Tarde, por sua vez, noticiou, em 09/03/10, a apreensão de 300 kg de queijo e salame com data de validade vencida no Pari.

Em 15/04/10 a **polícia apreendeu 15 toneladas de queijo adulterado**, conforme notícias da Folha de São Paulo e Diário de São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

O portal da Globo noticiou, em 14/04/10, a apreensão de uma tonelada e meia de palmito embalado irregularmente em um galpão insalubre localizado na Penha, impedindo a sua comercialização ilegal.

O palmito de má qualidade, com irregularidades em sua conservação, pode provocar uma doença chamada botulismo que é de difícil cura e freqüentemente leva ao óbito.

Para o diretor do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de São Paulo, a **COVISA deveria fiscalizar a entrada de palmito irregular no município**. Seus associados, assim como o consumidor comum, compram o produto em supermercados, adquirindo, por vezes, mercadoria que está sendo vendida com rótulo e timbre do SIF.

A área de alimentos abarca mais de 160 mil estabelecimentos e está totalmente sob controle da COVISA. Por ser impraticável a fiscalização integral destes estabelecimentos, a COVISA estabelece prioridades nas ações, de maneira que grande parte deles não é fiscalizada.

O representante do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e similares declarou que 80% dos seus 40 mil associados estão irregulares. Ou seja, 32 mil estabelecimentos no âmbito de bares e restaurantes estão irregulares, tendo a representante da COVISA esclarecido que, dos 160 mil estabelecimentos na cidade de São Paulo, apenas 40 mil são cadastrados. O restante mantém-se na clandestinidade.

A situação é grave.

Em resposta ao Ofício 249/10 desta CPI, a COVISA informou que, em 2008/2009, foram realizadas 1684 vistorias em supermercados e hipermercados nos 441 estabelecimentos cadastrados na vigilância sanitária. Essas vistorias resultaram no número significativo de 489 autos de infração e 109 interdições.

No entanto, de acordo com o Sr. João Sanzovo Neto, Presidente da Associação Paulista de Supermercados, em depoimento prestado no dia 04/05/2010, menos de **50% dos supermercados estão cadastrados na COVISA**.

Dessa forma o projeto, ao determinar que se disponibilize nos próprios cardápios o número de telefone da COVISA e do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – DPPC, institui, através de uma medida simples, um importante instrumento de fiscalização, chamando os consumidores a uma parceria com aos órgãos fiscalizatórios, razão pela qual contamos com o apoio dos Nobres Pares para ver a proposta aprovada.

Este projeto de lei foi apresentado por este Vereador como parte integrante de seu Relatório da CPI da COVISA. Tendo em vista a rejeição de seu Relatório e de suas propostas pela maioria dos membros integrantes da CPI, toma a iniciativa de apresentar a presente proposição.